

REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO POR ADESÃO REFERENCIADO EM BEM MÓVEL, IMÓVEL E SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.

Administradora: Luiza Administradora de Consórcios Ltda., prestadora de serviços, gestora dos negócios do grupo e mandatária de seus interesses e direitos, nos termos do art. 5º e § 1º da Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.250.776/0001-91, com sede na Rua do Comércio, nº 1.924, Centro, na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Consoiciado: É a pessoa natural ou jurídica que integra o grupo e assume a obrigação de contribuir para o cumprimento integral de seus objetivos, devidamente qualificada na Proposta de Participação.

DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO

Cláusula 1ª. A Proposta de Participação é o instrumento pelo qual o proponente, doravante denominado consorciado, formaliza seu pedido de participação no grupo de consórcio, que se converterá no contrato.

DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Cláusula 2ª. O contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, é o instrumento plurilateral de natureza associativa cujo escopo é a constituição de fundo pecuniário para as finalidades previstas no art. 2º da Lei nº 11.795/08 e aperfeiçoar-se-á na data de constituição do grupo.

Cláusula 3ª. O grupo considerar-se-á constituído na data da primeira assembleia geral ordinária, com a existência de recursos suficientes para a realização do número de contemplações via sorteio previstos contratualmente para o período, considerados os créditos de maior valor do grupo.

§ 1º. O grupo será representado pela administradora, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, na defesa dos direitos e interesses coletivamente considerados e para a execução do contrato.

§ 2º. O grupo é autônomo em relação aos demais, possuindo patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem com o da administradora.

§ 3º. O interesse do grupo de consórcio prevalece sobre o interesse individual do consorciado.

§ 4º. O prazo de duração do grupo é o estabelecido na Proposta de Participação, prazo este necessário para que todos os participantes adquiram os respectivos bens ou serviços, e sejam plenamente liquidadas as obrigações decorrentes deste contrato.

§ 5º. O grupo será formado por créditos diferenciados, sendo que, o crédito de menor valor, vigente ou definido na data da constituição do grupo, não pode ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do crédito de maior valor.

§ 6º. O grupo poderá ser formado por taxas de administração diferenciadas e poderá ter amortizações diferenciadas de amortizações de contribuições de taxa de administração, fundo comum e fundo de reserva.

Cláusula 4ª. O consorciado poderá desistir de sua participação no grupo, no prazo de 7 (sete) dias, contados da assinatura da Proposta de Participação, desde que não tenha participado da assembleia geral ordinária.

Cláusula 5ª. Por ocasião da adesão ao grupo, o consorciado declara possuir situação econômico-financeira compatível com a sua participação, sem prejuízo da apresentação de documentos relativos às garantias para o recebimento do bem ou serviço, quando da contemplação.

DO EXCLUÍDO

Cláusula 6ª. O consorciado não contemplado que deixar de efetuar o pagamento de 2 (duas) ou mais prestações mensais consecutivas ou alternadas ou de montante equivalente, será considerado excluído.

§ 1º. A falta de pagamento na forma prevista na cláusula 6ª caracteriza infração contratual pelo descumprimento de obrigação, arcando o consorciado excluído com multa de 15% (quinze por cento), a ser descontado do crédito apurado nos termos do § 2º da cláusula 27, conforme previsão contida no § 5º, do art. 10, da Lei nº 11.795/08.

DOS PAGAMENTOS

Cláusula 7ª. O consorciado obriga-se a pagar prestação mensal cujo valor corresponderá à somatória dos valores do fundo comum do grupo, da taxa de administração, do fundo de reserva (quando cobrado), do seguro de vida em grupo prestamista (quando cobrado), do seguro de quebra de garantia (quando cobrado) e às demais obrigações pecuniárias estabelecidas neste contrato.

§ 1º. A prestação mensal será calculada de acordo com o preço do bem ou serviço indicado na proposta de participação vigente na data de realização da assembleia geral ordinária mensal.

§ 2º. Quando o consorciado efetuar a troca do bem, a prestação mensal será calculada de acordo com o preço do novo bem, observando-se o quanto previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. O consorciado contemplado também pagará as correções do preço do bem que se verificarem após a sua contemplação.

§ 4º. Na hipótese de perda, extravio ou atraso no recebimento do aviso de cobrança, o consorciado deverá imprimir a 2ª (segunda) via através do site

www.consorciomagalu.com.br ou no aplicativo do cliente “consorcio magalu” e providenciar o pagamento até a data do vencimento nas Lojas do Magazine Luiza, na rede bancária ou correspondentes, assegurando o seu direito de concorrer à

contemplação do mês correspondente e evitar a aplicação de juros e multa previstos no item III, da cláusula 10.

§ 5º. O consorciado que efetuar o pagamento da parcela mensal, lance ou taxas através de depósito bancário obriga-se a enviar à administradora o comprovante de pagamento com a sua devida identificação (nome, grupo e cota).

Cláusula 8ª. As contribuições ao fundo comum do grupo, taxa de administração, fundo de reserva (quando cobrado) e seguro(s) (quando cobrados) serão calculadas de acordo com os percentuais de amortização mensais previstos na Proposta de Participação, tomando-se como base de cálculo o preço do bem ou serviço vigente na data da realização da assembleia geral ordinária mensal.

Cláusula 9ª. O bem ou serviço indicado na Proposta de Participação terá seu valor reajustado da seguinte forma:

I - BEM MÓVEL

a) se for de fabricação nacional ou estrangeira será reajustado de acordo com a tabela de preços fornecida pelo fabricante e/ou Concessionária/Parceira que for conveniada da administradora;

b) se for carta de crédito, será reajustada anualmente de acordo com a variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, salvo disposição em sentido contrário definida na assembleia geral extraordinária ou definido em ata de constituição de cada grupo.

II - BEM IMÓVEL

a) será reajustado anualmente de acordo com a variação do INCC dos últimos 12 (doze) meses, salvo disposição em sentido contrário definida na assembleia geral extraordinária ou definido em ata de constituição de cada grupo.

III – SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

a) será reajustado anualmente de acordo com a variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, salvo disposição em sentido contrário definida na assembleia geral extraordinária ou definido em ata de constituição de cada grupo.

§ 1º. O bem móvel e serviço vinculados à carta de crédito serão reajustados anualmente, sempre no mês mencionado na ata de constituição do grupo, observado os indexadores mencionados na alínea “b”, do inciso I; alínea “a”, do inciso II; e alínea “a”, do inciso III.

§ 2º. Independente de quando o consorciado aderir ao grupo consorcial será observada a variação dos indexadores mencionados na alínea “b”, do inciso I;

alínea “a”, do inciso II; e alínea “a”, do inciso III, dos últimos 12 (doze) meses, tendo como data-base o mês mencionado na ata de constituição do grupo, conforme § 1º.

§ 3º. O reajuste terá incidência na assembleia geral ordinária do mês em que ocorrer, sobre a parcela do mês, vincendas, vencidas e eventuais diferenças.

§ 4º. Na hipótese de extinção dos indexadores mencionados na alínea “b”, do inciso I; alínea “a”, do inciso II; e alínea “a”, do inciso III, serão adotados aqueles que vierem a substituí-los.

§ 5º. Na hipótese dos indexadores mencionados na alínea “b”, do inciso I; alínea “a”, do inciso II; e alínea “a”, do inciso III, apresentarem índices negativos, visando preservar o interesse coletivo do grupo e a manutenção do poder de compra dos consorciados ainda não contemplados, a administradora não aplicará a redução, ficando mantidos os respectivos créditos, tanto para os contemplados e não contemplados.

§ 6º. Havendo alteração do índice de reajuste anual em assembleia geral extraordinária, será considerado o novo índice vigente integralmente no momento da sua aplicação, independente da data da alteração ou proporcionalidade prevista anteriormente.

Cláusula 10. O consorciado está obrigado ainda aos seguintes pagamentos:

- I - prêmio de seguro de vida, desde que atendidas às condições previstas na Apólice;
- II - despesas referentes ao registro e substituição das garantias prestadas, tais como: Sistema Nacional de Gravames, pesquisa veicular ou equivalente, ITBI, Cartório, Registro de Imóveis, registro de contrato de alienação fiduciária de bem móvel e imóvel, e outras despesas não exemplificadas, mas que se mostrarem necessárias ao aperfeiçoamento das garantias;
- III - juros de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o valor atualizado das contribuições em atraso;
- IV - despesas e honorários advocatícios na cobrança judicial e extrajudicial;
- V - tarifas bancárias e despesas com emissão e postagem de cobrança mensal;
- VI - de percentual fixado na Proposta de Participação, denominado de taxa de adesão, a título de antecipação de taxa de administração;
- VII - prestações em atraso;
- VIII - diferença de prestação referente à importância paga a menor nos termos deste contrato;
- IX - despesas de entrega de segundas vias de documentos, avaliação das garantias, cessão do contrato, reativação da cota, liberação de garantias e utilização do FGTS;
- X - taxa de permanência sobre o saldo de recursos não procurados após adotadas as providências de comunicação ao consorciado.

A DATA DE VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO

Cláusula 11. A administradora através do boleto de cobrança mensal manterá o consorciado informado quanto à data e local de realização da assembleia geral ordinária de contemplação e data vencimento da parcela, que será aquele indicado na

Proposta de Participação e, caso coincida com dia não útil, passará para o primeiro dia de expediente normal que se verificar.

Cláusula 12. Havendo razões que a recomende, poderá a administradora alterar a data de vencimento da prestação, com prévio aviso ao consorciado.

Cláusula 13. O consorciado que não efetuar o pagamento da prestação integral até a véspera da realização da assembleia geral ordinária de contemplação ficará impedido de concorrer ao sorteio e de ofertar lance.

A ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR E DE PRESTAÇÃO

Cláusula 14. O consorciado antecipará o pagamento do saldo devedor, na ordem inversa a contar da última, no todo ou em parte:

- I - por meio de lance vencedor;
- II - com parte do crédito quando da aquisição de bem ou serviço inferior ao seu crédito;
- III - ao solicitar a conversão do crédito em espécie após 180 (cento e oitenta) dias da contemplação, conforme disposto na cláusula 29;
- IV – conforme dispuser a ata de constituição do grupo.

Cláusula 15. O saldo devedor compreende o valor não pago relativo às prestações, eventuais diferenças e despesas previstas na cláusula 10.

Cláusula 16. A antecipação de pagamento de parcelas pelo consorciado não contemplado não lhe dará o direito de exigir contemplação, ficando ele responsável pelas diferenças de prestações e demais obrigações previstas neste contrato.

DIFERENÇA DE PRESTAÇÃO PAGA

Cláusula 17. Nos casos de recolhimento de contribuição com valor diferente do contratado, convertida em percentual do valor do bem, a diferença de prestação deve ser cobrada ou compensada até a segunda prestação imediatamente seguinte à data da sua verificação.

DA ALTERAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO

Cláusula 18. O consorciado não contemplado poderá, em uma única oportunidade, solicitar a mudança do bem indicado na Proposta de Participação, por outro, dentro do mesmo grupo, a critério da administradora, desde que:

- I – pertença à mesma categoria;
- II - estar disponível no mercado;
- III – o crédito escolhido não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do crédito de maior valor do grupo vigente ou definido na data da constituição do grupo.

Parágrafo único. O percentual do valor do bem ou serviço, pago até a data da mudança, será recalculado em função do valor do novo bem ou serviço, vigente na data da assembleia geral ordinária de contemplação anterior, devendo o saldo

remanescente, se houver, ser amortizado mensalmente.

DA CONTEMPLAÇÃO

Cláusula 19. A contemplação é a atribuição ao consorciado do crédito para a aquisição do bem ou serviço e restituição das parcelas pagas, no caso dos consorciados excluídos, nos termos do § 2º, da cláusula 27 deste Regulamento.

§ 1º. A contemplação será feita exclusivamente por meio de sorteio e lance, sendo que a contemplação por lance somente ocorrerá após a contemplação por sorteio ou se esta não for realizada por insuficiência de recursos.

§ 2º. A ordem de contemplações seguirá o disposto na ata de constituição do grupo e à disposição do consorciado que pertencer ao mesmo, sendo disponibilizada sempre que for solicitada.

§ 3º. Somente concorrerá à contemplação o consorciado ativo, de que trata o parágrafo único da cláusula 51, e os excluídos, para efeito de restituição dos valores pagos, na forma do § 2º, da cláusula 27, observando-se o quanto previsto na cláusula 20.

§ 4º. É admitida a contemplação por meio de lance embutido, assim considerada a oferta de recursos para fins de contemplação, mediante utilização de parte do valor do crédito previsto para distribuição na respectiva assembleia, o qual será integralmente deduzido do crédito e destinar-se-á ao abatimento de prestações vincendas ou diluição do saldo devedor, a critério do consorciado, sendo o valor composto do quanto previsto na cláusula 7ª, desde que previsto na ata de constituição do grupo.

§ 5º. No ato do pagamento do lance, o consorciado poderá optar por diluir o valor total pago nas parcelas vincendas, mantendo-se o prazo contratado.

§ 6º. Na hipótese do parágrafo anterior, nos planos de parcela reduzida somente será possível a diluição do lance após a quitação do valor residual.

Cláusula 20. A contemplação do consorciado ativo e excluído está condicionada a existência de recursos suficientes no grupo para a disponibilização do crédito indicado na Proposta de Participação.

Cláusula 21. A realização do sorteio obedecerá aos seguintes procedimentos:

DO CONSORCIADO ATIVO

I – será considerado o prêmio da Loteria Federal da extração de quarta-feira ou sábado que coincidir com a data de realização da assembleia geral ordinária, sendo a apuração da pedra-chave conforme exemplo abaixo:

Resultado do 1º prêmio da Loteria Federal: **20.282**
Número de participantes no grupo: **600**

O resultado do 1º prêmio da Loteria Federal (**20.282**) será dividido pelo número de participantes do grupo (**600**) = **33,803333** (serão consideradas

6 casas decimais após a vírgula). O número inteiro **(33)** será descartado, sendo considerada apenas a dízima **(0,803333)** que será multiplicado pelo número de participantes do grupo **(600)** = **0,803333 x 600 = 481,999800**. Neste exemplo a pedra vencedora será a **482**, pois será adotada a regra de aproximação quando após a vírgula o número for igual ou maior que **5**.

$$20.282 / 600 = 33,803333$$

$$0,803333 \times 600 = 481,999800$$

Pedra chave: 482 (regra de aproximação)

II – entende-se como pedra-chave o nº obtido conforme acima, que corresponderá à cota do consorciado e para efeito de sorteio na assembleia;

III – na hipótese da pedra-chave não estiver apta à contemplação, será considerada contemplada a de número acima **(483)**, e, se este não estiver apta será a de número abaixo **(481)** e, assim sucessivamente até se encontrar uma cota apta;

IV – a pedra-chave valerá para todos os grupos que possuam o mesmo número máximo de participantes e também para os excluídos.

Parágrafo 1º: Em caso de qualquer eventualidade ou caso fortuito que impeça a extração do sorteio pelo prêmio da Loteria Federal, nos moldes supracitados, poderá a Administradora, em regime emergencial e independente de assembleia geral extraordinária, substituí-la pela última extração divulgada pela Loteria Federal.

Parágrafo 2º: Ocorrida a hipótese do §1º, a Administradora ficará obrigada a convocar na assembleia geral extraordinária subsequente o modelo de sorteio que permanecerá em caráter transitório até a sua devida regularização.

Parágrafo 3º: Cessados os motivos que deram causa à alteração prevista neste regulamento, os sorteios automaticamente voltarão a vigorar sob o regime aqui proposto, exceto quando houver deliberação através de assembleia geral extraordinária em sentido contrário.

DO CONSORCIADO EXCLUÍDO

V – A pedra-chave também valerá para contemplação do excluído, devendo ser observada a versão mais antiga, conforme exemplo;

VI – entende-se como versão a ordem dos excluídos dentro de uma mesma cota;

VII – na hipótese da pedra-chave da versão não estiver apta à contemplação, será considerada contemplada a de número acima e, caso não estiver apta será a de número abaixo e assim sucessivamente.

VIII – será contemplada inicialmente a versão 1, que é a mais antiga, e havendo saldo serão contempladas as versões seguintes da mesma pedra-chave, sendo que, somente após a contemplação das versões é que serão alternadas as cotas.

Parágrafo 1º: Em caso de qualquer eventualidade ou caso fortuito que impeça a extração do sorteio pelo prêmio da Loteria Federal, nos moldes supracitados, poderá a Administradora, em regime emergencial e independente de assembleia geral extraordinária, substituí-la pela última extração divulgada pela Loteria Federal.

Parágrafo 2º: Ocorrida a hipótese do §1º, a Administradora ficará obrigada a convocar na assembleia geral extraordinária subsequente o modelo de sorteio que permanecerá em caráter transitório até a sua devida regularização.

Parágrafo 3º: Cessados os motivos que deram causa à alteração prevista neste regulamento, os sorteios automaticamente voltarão a vigorar sob o regime aqui proposto, exceto quando houver deliberação através de assembleia geral extraordinária em sentido contrário.

Cláusula 22. A oferta de lance será até 10 (dez) minutos antes do horário de realização da assembleia geral ordinária de contemplação e serão admitidas ofertas:

I – em dinheiro que corresponda ao valor da parcela mensal ou percentual, conforme for definido na assembleia de constituição do grupo, representativa de no mínimo 1 (uma) contribuição mensal do valor do bem ou serviço, vigente na data da assembleia geral ordinária de contemplação e, no máximo o número de prestações vincendas;

II – mediante utilização de parte do valor do crédito (lance embutido), de acordo com os limites estabelecidos na ata de constituição do grupo;

III – através dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) observando-se as disposições baixadas pelo Conselho Curador do FGTS e pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. O oferecimento de lance com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) somente é válido para o consorciado participante do grupo de consórcio de imóvel e atendidas as condições citadas no item V do ANEXO II.

Cláusula 23. Para efeito de apuração do lance vencedor, independentemente do grupo ter créditos diferenciados, será observado o quanto previsto na ata de constituição do mesmo.

§ 1º. A ordem de contemplação dos lances, suas modalidades e critérios para chamada do lance reserva obedecerá ao quanto estipulado na ata de constituição do grupo, a ser lavrada no momento de sua constituição.

§ 2º. A contemplação por lance somente ocorrerá se, o saldo existente no grupo somado ao valor correspondente ao percentual ofertado, seja suficiente para atribuição do crédito do consorciado ofertante do lance, inclusive o reserva.

§ 3º. Na hipótese de impossibilidade de se chamar o ofertante de lance reserva, não haverá distribuição por lance, passando o saldo de caixa para a assembleia do mês seguinte.

Cláusula 24. Se houver empate entre os ofertantes de lance, será considerada selecionada para a contemplação a de número posterior que mais se aproximar da pedra-chave considerada no sorteio, com início pela cota de número acima à pedra-chave e depois pela de número abaixo à pedra-chave, sempre nesta ordem.

Cláusula 25. O contemplado por lance, inclusive o reserva, terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência da contemplação para efetuar o seu pagamento,

sendo que, após citado prazo a contemplação será cancelada.

Cláusula 26. A administradora divulgará o resultado oficial da assembleia do mês em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua realização, ficando o resultado disponível para consulta no site www.consorciomagalu.com.br, app do cliente, podendo os contemplados serem comunicados através de SMS, e-mail, telefone, e outros meios eletrônicos aqui não especificados, no primeiro dia útil que se seguir.

O CRÉDITO E SUA UTILIZAÇÃO

Cláusula 27. O crédito a que faz jus o consorciado contemplado será o correspondente ao preço do bem ou serviço indicado na Proposta de Participação vigente na data da assembleia geral ordinária da contemplação, que será colocado à sua disposição após o terceiro dia útil seguinte à assembleia, ficando sua utilização condicionada à satisfação das garantias previstas neste Regulamento.

§ 1º. O crédito de que trata este artigo será acrescido dos rendimentos líquidos financeiros proporcionais ao período que ficar aplicado, compreendido entre a data em que colocado à disposição até a sua utilização.

§ 2º. O consorciado excluído terá direito à restituição da importância paga ao fundo comum do grupo, cujo valor deve ser calculado com base no percentual amortizado do valor do bem ou serviço vigente na data da assembleia de contemplação, observado o disposto no § 1º, da cláusula 6ª.

§ 3º. A restituição ao consorciado excluído, calculada nos termos do § 2º será considerada crédito parcial.

§ 4º. Havendo alteração do crédito após a assembleia geral ordinária em que ocorreu a contemplação, não terá o consorciado direito à utilização do novo crédito, prevalecendo àquele vigente na assembleia em que ocorreu a contemplação.

Cláusula 28. O consorciado ativo contemplado poderá utilizar o crédito para adquirir o bem referenciado na Proposta de Participação ou outro, obedecendo às disposições adiante citadas.

§ 1º. O contemplado poderá utilizar o crédito para adquirir, em fornecedor, vendedor ou prestador de serviço que melhor lhe convier:

- I - veículo automotor, aeronave, embarcação, máquinas e equipamentos, se o contrato estiver referenciado em qualquer bem mencionado neste inciso;
- II - qualquer bem móvel ou conjunto de bens móveis, novos, excetuados os referidos no inciso I, se o contrato estiver referenciado em bem móvel ou conjunto de bens móveis não mencionados naquele item;
- III - qualquer bem imóvel, construído ou na planta, inclusive terreno, ou ainda optar por construção ou reforma, desde que em município em que a administradora opere ou, se autorizado por essa, em município diverso, se o contrato estiver referenciado em bem imóvel;
- IV - serviço, se o contrato estiver referenciado em serviço de qualquer natureza;
- V - adquirir o bem imóvel vinculado a empreendimento imobiliário, na forma

prevista neste contrato, se assim estiver referenciado;

VI - adquirindo imóvel na planta deverá comprovar a sua aquisição e apresentar outro imóvel livre de ônus que atenda a garantia.

§ 2º. Pode ainda o consorciado contemplado optar pela quitação total de financiamento, de sua titularidade, sujeita à prévia anuência da administradora, nas condições previstas neste contrato de bens e serviços possíveis de serem adquiridos por meio do crédito obtido.

§ 3º. Para efeito do disposto no § 2º supra, deverá o consorciado comunicar a sua opção à administradora, formalmente, devendo constar desta comunicação a identificação completa do contemplado, do agente financeiro, bem como as características do bem ou serviço objeto do financiamento e as condições de quitação acordadas entre o contemplado e o agente financeiro, devidamente acompanhada do respectivo contrato de financiamento.

§ 4º. A utilização de crédito pelo consorciado contemplado para quitar financiamento de sua titularidade dependerá da satisfação das exigências contidas nas cláusulas 34 e 37, dos documentos mencionados nos ANEXOS I e II, e aprovado o cadastro pela administradora.

§ 5º. Após quitação do financiamento pela Administradora, o consorciado obriga-se à apresentar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após quitação do imóvel, a matrícula do mesmo constando a devida alienação em favor da Administradora, sob pena de não o fazendo no prazo citado responder cível e criminalmente, além de responder pelas despesas a que der causa.

Cláusula 29. O consorciado ativo contemplado que não adquirir o respectivo bem até 180 (cento e oitenta) dias após a contemplação poderá receber o seu crédito em espécie, mediante a quitação integral de suas obrigações junto ao grupo, inclusive vincendas.

Cláusula 30. Se o valor do bem adquirido for:

I – superior ao crédito, o consorciado ficará responsável pelo pagamento da diferença, a qual deverá ser paga diretamente ao fornecedor;

II – se inferior ao crédito:

a) a diferença será utilizada para pagar prestações vincendas na forma estabelecida neste contrato;

b) se o seu débito junto ao grupo estiver integralmente quitado, receberá a diferença em espécie.

Cláusula 31. A aquisição do bem ou serviço somente poderá ser efetuado após apresentação das garantias previstas nas cláusulas 34 e 37, dos documentos mencionados nos ANEXOS I e II, e aprovado o cadastro pela administradora.

Cláusula 32. O consorciado ativo contemplado que, não tendo utilizado o respectivo crédito, fique inadimplente com até 2 (duas) prestações, sucessivas ou não, terá a contemplação cancelada, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Cláusula 33. Se o crédito não for utilizado até o prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da última assembleia do grupo, desde que o consorciado ativo contemplado tenha quitado integralmente suas obrigações perante o grupo, a administradora comunicará que o valor do crédito está à disposição, acrescido dos rendimentos financeiros.

DAS GARANTIAS

BEM MÓVEL

Cláusula 34. Para garantir o pagamento das prestações vincendas será exigido do contemplado ativo que pertencer à classe de bem móvel, garantia de alienação fiduciária e os documentos constantes do ANEXO I, não se admitindo a sua liberação enquanto o consorciado não quitar o seu saldo devedor.

Parágrafo único. A administradora na qualidade de gestora dos negócios do grupo poderá impor condições para aquisição do bem a ser dado em garantia, tais como, ano de aquisição, laudos de avaliação por empresas especializadas e outras necessárias à manutenção das garantias e aqui não exemplificadas.

Cláusula 35. Depois de apresentados todos os documentos pelo contemplado ativo, a administradora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apreciar a documentação relativa às garantias exigidas.

§ 1º. A administradora ao analisar o cadastro do contemplado ativo irá realizar procedimentos para liberação do crédito, tais como: (i) consultas nos órgãos de proteção ao crédito (SCPC e Serasa) suas, do cônjuge ou companheiro; (ii) verificará a capacidade financeira e comprometimento da renda; (iii) analisará o comportamento do contemplado ativo perante o mercado; (iv) análise de empresas vinculadas ao CPF do consorciado ativo, cônjuge ou companheiro; e (v) análise de empresas vinculadas ao CNPJ do consorciado ativo.

§ 2º. Os veículos que possuírem avarias, sejam quais forem, com histórico ou não de leilão, não serão aceitos pela administradora.

§ 3º. O contemplado ativo que optar pela aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas deverá apresentar veículo de sua propriedade livre de ônus como garantia complementar ao crédito liberado, com valor igual ou superior ao saldo devedor, devendo ser obedecidas as exigências contidas no item III, do ANEXO I.

Cláusula 36. A administradora efetuará o pagamento do bem móvel escolhido pelo contemplado ativo, no prazo de 48 horas, quando satisfeitas as exigências previstas nas cláusulas anteriores e com a apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV em nome do consorciado constando a alienação fiduciária à administradora e registrado o contrato de alienação fiduciária no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do consorciado.

BEM IMÓVEL

Cláusula 37. Para garantir o pagamento das prestações vincendas será exigido o pacto de alienação fiduciária do imóvel (Lei nº 9.514/97) e os documentos constantes

do ANEXO II, não se admitindo a sua liberação enquanto o consorciado não quitar o seu saldo devedor.

§ 1º. A utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo consorciado contemplado do segmento de imóvel para pagamento de lance ou complemento de seu crédito somente será efetuada pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou qualquer outro Agente Financeiro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nos termos do Manual da Casa Própria, observadas as disposições baixadas pelo Conselho Curador do FGTS.

§ 2º. O procedimento citado no item anterior poderá ser efetuado pela administradora, se disponível o serviço no momento da solicitação, a qual cobrará pelos respectivos procedimentos. O consorciado também poderá optar por outra empresa credenciada, sem vínculo com a Administradora, para efetuar a referida operação, ficando ao seu encargo os respectivos custos.

Cláusula 38. Deverão também ser observados os seguintes procedimentos:

I – se optar pela construção em terreno de sua propriedade devidamente quitado, terá os valores correspondentes ao seu crédito, liberados em parcelas, após a lavratura da escritura de pacto de alienação fiduciária do terreno, a favor da administradora, conforme a execução do cronograma físico-financeiro da obra, devidamente vistoriada pela administradora;

II – se a opção for por reforma, o crédito será liberado após a devida formalização da garantia com pacto de alienação fiduciária sobre o imóvel a ser reformado;

III – quando houver opção pela construção, poderá ser destinado até 30% (trinta por cento) do valor do crédito para a aquisição de terreno;

IV - do valor total do crédito, ficará retida a quantia de 10% (dez por cento), a qual somente será liberada após a comprovação da averbação da construção perante o Cartório de Registro de Imóveis;

V – o pagamento do crédito de cada etapa da obra somente será efetuado após avaliação efetuada por engenheiro contratado pela administradora atestando a devida conclusão da mesma.

VI- Não será aceito fração ideal de imóvel para fins de alienação fiduciária em garantia, mas, tão somente, matrículas que estejam individualizadas.

Cláusula 39. O contemplado ativo cujo bem imóvel a ser adquirido estiver vinculado a empreendimento imobiliário, não poderá optar pela utilização do crédito para adquirir bem imóvel diverso do indicado na Proposta de Participação.

Cláusula 40. Depois de apresentados todos os documentos pelo contemplado ativo, a administradora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apreciar a documentação relativa às garantias exigidas, bem como das certidões e documentos necessários.

Cláusula 41. Sem prejuízo do quanto contido nas cláusulas 34 e 37, a critério da administradora, poderão ser exigidas garantias complementares, tais como garantias reais ou pessoais.

Parágrafo único. O contemplado do segmento de serviços deverá apresentar um bem (veículo) em garantia, cujo valor deverá ser maior ou igual ao saldo devedor e observados os critérios exigidos pela Administradora com relação ao seu limite de ano e observadas às exigências previstas na letra “c”, do item VI, do ANEXO I.

Cláusula 42. A administradora efetuará o pagamento do bem imóvel escolhido pelo consorciado ativo, no prazo de 48 horas, quando satisfeitas as exigências previstas nas cláusulas anteriores e apresentada a certidão da matrícula devidamente autenticada, comprovando o registro do pacto de alienação fiduciária ou a garantia hipotecária.

Cláusula 43. O consorciado poderá a qualquer tempo transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, mediante prévia anuência da administradora, observando-se que:

§ 1º. A administradora somente efetuará a cessão da cota contemplada depois de satisfeitas as garantias previstas nas cláusulas 34 e 37, dos documentos mencionados nos ANEXOS I e II, e aprovado o cadastro pela administradora.

§ 2º. Enquanto não aprovadas as garantias relativas à cessão da cota, é de responsabilidade do consorciado/cedente o cumprimento das obrigações assumidas perante o grupo consorcial.

§ 3º. Além do cumprimento do quanto previsto nos parágrafos anteriores, **a cessão somente ocorrerá se as mensalidades** decorrentes do contrato de participação em grupo de consórcio **estiverem em dia**.

§ 4º. O contemplado por serviços, cujo crédito já tenha sido pago ao fornecedor, em razão do objeto, não poderá transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do contrato de participação em grupo de consórcio.

§ 5º. A administradora efetuará a transferência de cotas contempladas e ainda não faturada mediante análise pessoal do consorciado, sendo que, no momento da apresentação do bem serão realizadas novas análises conforme previsão contida no § 1º, da cláusula 35.

DA REPROVAÇÃO DO CRÉDITO

Cláusula 44. A administradora, ao seu critério, reprovará o cadastro do contemplado ativo e do cessionário que: (i) **contiver restrições negativas;** (ii) **o bem dado em garantia não for aprovado;** (iii) **não comprovação de renda;** (iv) **garantias complementares insuficientes;** e (v) **apresentação de documentos inidôneos.**

Parágrafo único. A apresentação de documentos solicitados e das garantias complementares não implica a obrigatoriedade da administradora em aprovar o cadastro do contemplado ativo e do cessionário.

O FUNDO COMUM

Cláusula 45. Considera-se fundo comum, os recursos do grupo destinados à atribuição de crédito aos consorciados contemplados ativos para aquisição do bem ou serviço e à restituição aos consorciados excluídos dos respectivos grupos, bem como para outros pagamentos previstos neste contrato.

Parágrafo único. O fundo comum é constituído pelo montante de recursos

representados por prestações pagas pelos consorciados para esse fim e por valores correspondentes a multas e juros moratórios destinados ao grupo de consórcio, bem como pelos rendimentos provenientes de sua aplicação financeira.

Cláusula 46. Os recursos do fundo comum serão utilizados para pagamento de contemplação nos termos da cláusula 27, §§ 2º e 3º.

O FUNDO DE RESERVA

Cláusula 47. O fundo de reserva se contratado na Proposta de Participação somente pode ser utilizado para:

- I – cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum;
- II – pagamento de prêmio de seguro de quebra de garantia, conforme previsto na cláusula 10, inciso XI;
- III - pagamento de despesas de cobrança mensal e tarifas bancárias, conforme cláusula 10, inciso V;
- IV – pagamento de despesas e custos de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais com vistas ao recebimento de crédito do grupo.

A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Cláusula 48. A remuneração da administradora pela formação, organização e administração do grupo de consórcio até o seu encerramento será constituída: (i) pela taxa de administração pactuada na Proposta de Participação; (ii) por aqueles previstos na cláusula 49; (iii) de parte da multa citada no §1º, da cláusula 6ª; e (iv) § 1º da cláusula 56 deste contrato.

DOS JUROS MORATÓRIOS E MULTA

Cláusula 49. Os valores recebidos relativos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 2% do valor da prestação em atraso, calculada sobre o crédito indicado na Proposta de Participação vigente, serão destinados, em igualdade, ao grupo e à administradora.

DAS ASSEMBLEIAS

Cláusula 50. A assembleia geral ordinária será realizada na periodicidade prevista na ata de constituição do grupo e destinar-se-á à apuração do resultado de contemplação através da extração da Loteria Federal.

§ 1º. As datas e horários de realização da assembleia geral ordinária constarão nos boletos de pagamento, no site www.consorcioMagalu.com.br e no “app do cliente”.

§ 2º. Na primeira assembleia geral ordinária do grupo a administradora deverá promover a eleição dos representantes do grupo, com mandato não remunerado.

§ 3º. O consorciado poderá a qualquer tempo solicitar à administradora informações relativas ao seu grupo de participação.

Cláusula 51. A assembleia geral extraordinária será convocada pela administradora, por iniciativa própria ou por solicitação de 30% (trinta por cento) dos consorciados ativos do grupo, para deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não os afetos à assembleia geral ordinária.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nas cláusulas 51 e 52, é consorciado ativo aquele que mantém vínculo obrigacional com o grupo, excetuado o participante inadimplente não contemplado e o excluído, conforme definição da cláusula 6ª.

Cláusula 52. A cada cota de consorciado ativo corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, que serão tomadas por maioria simples.

§ 1º. O consorciado quando ausente, outorga poderes à administradora para representá-lo na assembleia geral ordinária.

§ 2º. A representação de ausentes nas assembleias gerais extraordinárias dar-se-á com a outorga de poderes específicos, inclusive à administradora, constando obrigatoriamente informações relativas ao dia, hora, local e assuntos a serem deliberados.

Cláusula 53. Somente o consorciado ativo não contemplado participará da tomada de decisões em assembleia geral extraordinária convocada para deliberar sobre:

- I – suspensão ou retirada de produção do bem ou extinção do serviço objeto do contrato;
- II – extinção do índice de atualização do valor do crédito e das parcelas, indicado no contrato;
- III – encerramento antecipado do grupo;
- IV – assuntos de seus interesses exclusivos.

DO ENCERRAMENTO DO GRUPO

Cláusula 54. Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da última assembleia de contemplação do grupo de consórcio, a administradora deverá comunicar aos consorciados que não tenham utilizado os respectivos créditos, que os mesmos estão à disposição para recebimento em espécie.

Cláusula 55. O encerramento do grupo deve ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da realização da última assembleia de contemplação do grupo de consórcio e desde que decorridos, no mínimo, 30 (trinta) dias da comunicação de que trata a cláusula anterior, quando se procederá à definitiva prestação de contas do grupo, discriminando-se:

- I – as disponibilidades remanescentes dos respectivos consorciados e participantes excluídos;
- II - os valores pendentes de recebimento, objeto de cobrança judicial.

§ 1º. Os valores pendentes de recebimento, uma vez recuperados, devem ser rateados proporcionalmente entre os beneficiários, devendo a administradora em até 120 (cento e vinte) dias após o seu recebimento comunicar-lhes que os

respectivos saldos estão à disposição para devolução em espécie.

§ 2º. Havendo débitos pendentes em outras cotas do(a) mesmo(a) titular, a Administradora reserva-se da prerrogativa de utilizar o saldo previsto no §1º para a respectiva quitação, ainda que de grupos distintos, dispensando prévia comunicação.

§ 3º. Prescreverá em 5 (cinco) anos a pretensão do consorciado ou do excluído contra o grupo ou a administradora, e destes contra aqueles, a contar da data referida na cláusula 55.

DOS RECURSOS NÃO PROCURADOS

Cláusula 56. As disponibilidades financeiras remanescentes na data do encerramento do grupo são consideradas recursos não procurados pelos respectivos consorciados e participantes excluídos.

§ 1º. A administradora cobrará taxa de permanência de 10% (dez por cento) a cada período de 30 (trinta) dias sobre os recursos não procurados depois de esgotados os procedimentos de comunicação aos excluídos ou contemplados ativos.

§ 2º. A administradora depois de esgotados os procedimentos de comunicação aos excluídos ou contemplados ativos, quando o recurso for igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) poderá efetuar a apropriação do numerário de única vez.

§ 3º. Se, depois de esgotados todos os procedimentos de comunicação citados no § 1º desta cláusula e ocorrer o quanto previsto no § 2º, o consorciado contactar a administradora, esta efetuará a restituição do valor de forma integral, no limite citado no § 2º.

DOS SEGUROS

Cláusula 57. O seguro de vida (prestamista) é comercializado em apartado às cotas de consórcio, tendo o consorciado total liberdade para sua contratação. Este tem como objetivo garantir, nos casos previstos em apólice vigente, o pagamento de uma indenização nos limites e condições previstas à época do sinistro.

§ 1º. O seguro de vida somente poderá ser contratado se o consorciado estiver em perfeitas condições de saúde, não possuir doença preexistente, ter mais de 16 (dezesseis) anos e menos de 69 (sessenta e nove) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data de assinatura do contrato.

§ 2º. Para validade do seguro fica ajustado que a idade do segurado não poderá ser superior a 78 (setenta e oito) anos obtida entre a soma da idade na data da assinatura do contrato com o prazo do grupo.

§ 3º. A Seguradora terá um prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Proposta de Participação do consorciado, para aceitar ou recusar a inclusão do proponente na apólice.

§ 4º. O consorciado somente terá direito à indenização se, quando da ocorrência do sinistro estiver em dia com suas obrigações.

§ 5º. Independentemente do número de cotas do consorciado, a indenização ficará limitada ao montante previsto na apólice vigente à época do sinistro.

§ 6º. Em qualquer hipótese de conflito aparente prevalecerá o previsto na apólice do seguro de vida contratado, cabendo ao consorciado a obrigação de ciência das regras vigentes.

Cláusula 58. Visando cobertura de inadimplência de prestações de consorciados contemplados, é facultada à administradora a contratação de seguro de quebra de garantia.

Cláusula 59. A apólice contratada com Seguradora, onde a administradora figurará como Estipulante, terá vigência anual, sendo que, na renovação da apólice poderá ocorrer alteração no percentual (%) do prêmio a ser recolhido mensalmente pelo consorciado e indicado na Proposta de Participação.

Cláusula 60. Prescreve em 1 (um) ano o prazo para o consorciado e seus beneficiários reivindicarem os direitos relativos ao seguro.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

Cláusula 61. Os consorciados obrigatoriamente devem tomar ciência da política de privacidade e outros documentos específicos à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD") publicados pela empresa em seu website institucional ou recebidos por qualquer outro meio de comunicação estabelecido.

Cláusula 62. O consorciado poderá, a qualquer tempo, solicitar informações relacionadas ao tratamento de seus Dados Pessoais, usufruindo das prerrogativas estabelecidas na legislação vigente e por outros normativos infralegais aplicáveis.

Cláusula 63. Além do consentimento para o tratamento de dados colhido de forma específica ("*opt in*") na relação estabelecida por esse regulamento, todos os consorciados reafirmam tal concordância quando relacionados à qualquer ato vinculado à finalidade do produto contratado, com exceção ao que tiverem se manifestado contrários expressamente e não forem obrigatórios por lei.

Cláusula 64. Os consorciados reafirmam plena ciência que o tratamento de dados aqui estabelecido também deriva, independente de consentimento, das legislações legais aplicáveis, assim como das normativas específicas do Banco Central do Brasil.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 65. A administradora deverá adotar, de imediato, os procedimentos legais necessários à execução de garantias, se o contemplado que tiver utilizado seu crédito atrasar o pagamento das prestações.

Cláusula 66. Nos casos em que ocorrer a retomada do bem, judicial ou extrajudicialmente, a administradora deverá vendê-lo no mercado.

§ 1º. Os recursos arrecadados destinar-se-ão ao pagamento das prestações em atraso, vincendas e de quaisquer obrigações não pagas previstas neste contrato.

§ 2º. O saldo positivo porventura existente será devolvido ao consorciado cujo bem tenha sido retomado, ficando responsável pelo saldo negativo, se houver.

Cláusula 67. O contemplado ativo de imóvel oferecedor de garantia por meio de alienação fiduciária ficará responsável pelo pagamento integral das obrigações pecuniárias estabelecidas no contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, inclusive da parte que remanescer após a execução dessa garantia.

Cláusula 68. Os casos omissos neste contrato, quando de natureza administrativa, serão resolvidos pela administradora, “*ad referendum*” da assembleia geral de consorciados.

Parágrafo único. Aplica-se subsidiariamente a este contrato a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008 e Circular nº 3.432, de 04 de fevereiro de 2009 do Banco Central do Brasil.

Cláusula 69. Não será divulgado o nome e endereço do participante como consorciado, salvo se o mesmo enviar autorização específica para a administradora.

Parágrafo único. O consorciado, mesmo que excluído do grupo, está obrigado a manter atualizadas suas informações cadastrais perante a administradora, em especial do endereço, número de telefone, e-mail e dados relativos à conta de depósito, se possuir.

Cláusula 70. O consorciado poderá, a qualquer tempo e mediante solicitação à Central de Atendimento, obter a segunda via do seu contrato de adesão e demais documentos, ficando responsável por qualquer custo que envolva esta operação.

Cláusula 71. O consorciado poderá optar pela entrega do bem em praça diversa da constante no contrato de adesão, respeitando todos os demais dispositivos deste Regulamento.

Cláusula 72. Fica eleito o foro da Comarca de domicílio do consorciado, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução dos problemas originados da execução deste contrato.

Cláusula 73. O pagamento da primeira prestação pelo consorciado implica na aceitação do presente contrato, bem como do conhecimento de suas cláusulas, o qual será registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Franca/SP, conforme artigo 4º, inciso I, da Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil e disponível para consulta e impressão no site www.consorcioMagalu.com.br.

O CONSORCIADO PODERÁ DIRIMIR QUALQUER DÚVIDA OU INFORMAÇÃO NOS CANAIS DE ATENDIMENTO DA EMPRESA (SAC), DELIMITADOS NAS OPÇÕES ASSINALADAS ABAIXO:

Central de Atendimento
(opção 1)
(11) 3185-7300
Segunda a sexta: 9h às 18h
Sábado: 9h às 13h (exceto feriados)
atendimento@consorciomagalu.com.br

Ouvidoria
0800 3401214
(opção 2)
Segunda a sexta: 9h às 18h
Sábado: 9h às 13h (exceto feriados)
ouvidoria@consorciomagalu.com.br

ANEXO I

O presente anexo trata dos documentos cadastrais obrigatórios a serem apresentados pelo consorciado participante do segmento de **BEM MÓVEL** e **SERVIÇOS** quando da contemplação:

I – CONSORCIADO

1.1 - PESSOA FÍSICA

- a) Ficha cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF;
- c) Cópia da CNH do consorciado ou do condutor do veículo a ser adquirido;
- d) Cópia da certidão de nascimento e/ou estado civil;
 - Atualizada com as respectivas averbações, com emissão em prazo igual ou inferior a 90 dias.
 - se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens deverá ser apresentada cópia da “escritura de pacto antenupcial”.
- e) Cópia do comprovante de residência (conta de luz, água);
 - Deverá estar nominal ao cliente (conta de água ou luz) ou, caso seja oriundo de locação, apresentar comprovante (conta de água ou luz) em nome do proprietário do imóvel e comprovante em nome do cliente que poderá ser (TV por assinatura, celular ou fatura de cartão).
 - Serão aceitos comprovante em nome de pai / mãe / cônjuge desde que seja comprovando pela certidão de estado civil.
- f) Cópia do comprovante de renda (holerite, declaração do imposto de renda com o comprovante de entrega e cópia da carteira profissional páginas qualificação civil, foto e último registro), ou:
 - se a renda for proveniente de aluguel, apresentar cópia do contrato de locação e os 03 últimos recibos de pagamento do aluguel.

- g) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade;
- h) Certidão das matrículas atualizadas dos imóveis constantes da declaração do imposto de renda;
- i) Certidão negativa de tributos federais;
- j) Se trabalhador com registro em carteira:
 - 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal e cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil, último registro e caso a carteira tenha alguma alteração nestas páginas enviar também a página que consta a alteração.
- k) Se Profissional liberal/autônomo:
 - Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal, juntamente com documentos comprobatórios da atividade e guias pagas do Darf em caso de imposto a pagar;
 - Extrato de movimentação bancária referente aos três últimos meses. Lembrando que o extrato deverá ser retirado diretamente no caixa eletrônico colocar sujeito a análise.
- l) Se Aposentado:
 - Três últimos extratos de pagamento do benefício.
 - Deverá enviar termo de concessão do benefício constando início e termino OU extrato emitido diretamente no INSS.
- m) Se Produtor Rural:
 - Nota fiscal de Produtor Rural de venda do produto dos últimos 12 meses;
 - OU Extrato da Cooperativa com o valor da venda dos últimos 12 meses dos produtos comercializados pelo garantido;
 - OU Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal juntamente com os documentos comprobatórios da atividade (exemplos - carnê do INSS, notas fiscais, alvará de funcionamento, etc.).
- n) Se Empresário:
 - Extrato do Simples Nacional atualizado, caso a empresa seja optante OU
 - Declaração de ECF (Escrituração Contábil Fiscal) neste caso apresentar as páginas referentes ao resumo anual das contas a que se referem (ativo e passivo):
 - Empresas optantes pelo Lucro real: páginas de recibo de entrega, Bloco 0, bloco Y e L300
 - Empresas optantes pelo Lucro presumido: páginas de recibo de entrega, Bloco 0, Bloco Y, P150, P200 e P300.
- o) Se Funcionário Público:
 - 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal;
 - E cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil e último registro se o regime de trabalho for CLT OU contrato de trabalho OU Portaria de Convocação juntamente com a declaração do local de trabalho.
- p) Caso o cliente não possua renda (desempregado e/ou estudante):
 - Apresentar um fiador, que deverá ser pai ou mãe se o cliente for solteiro, ou o cônjuge se o cliente for casado;
 - O fiador deverá apresentar a documentação da relação de documentos.. Informamos mesmo com a apresentação do fiador não implica a obrigatoriedade da Administradora em aprovar o cadastro. Também poderá ser solicitado fiador.

Poderão ser solicitados outros documentos complementares referentes à renda, tais como: extrato de movimentação bancária nominal à empresa referente aos três últimos meses, emitido diretamente no caixa eletrônico, entre outros admitidos legalmente e que essa administradora entenda como necessários.

1.2 - PESSOA JURÍDICA

- a) Ficha cadastral devidamente preenchida;
- b) Contrato social se Ltda.; Estatuto Social se S/A e respectivas alterações;
- c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;
- d) Cópia do comprovante de endereço (conta de água, luz);
 - se o imóvel for alugado, deverá ser apresentado o contrato de locação do mesmo.
- e) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade;
- f) Certidão das matrículas atualizadas dos imóveis constantes da declaração do imposto de renda ou balanço patrimonial;
- g) Certidão negativa de tributos federais.
- h) Extrato do Simples Nacional atualizado para empresas optantes pelo Simples OU Declaração de ECF (Escrituração Contábil Fiscal) neste caso apresentar as páginas referentes ao resumo anual das contas a que se referem (ativo e passivo):
 - Empresas optantes pelo Lucro real: páginas de recibo de entrega, bloco 0, bloco Y e L300
 - Empresas optantes pelo Lucro presumido: páginas de recibo de entrega, Bloco 0,
 - Bloco Y, P150, P200 e P300.
 - Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa, inclusive dos cônjuges, se casados forem;
 - Cópia da certidão de nascimento e/ou de estado civil dos sócios da empresa, atualizada com as respectivas averbações, com emissão em prazo igual ou inferior a 90 dias.

Poderão ser solicitados outros documentos complementares referentes à renda, tais como: extrato de movimentação bancária nominal à empresa referente aos três últimos meses, emitido diretamente no caixa eletrônico, entre outros admitidos legalmente e que essa administradora entenda como necessários.

II - FIADOR

- a) Ficha cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF, inclusive do cônjuge;
- c) Cópia da certidão de nascimento e/ou estado civil;
 - Atualizada com as respectivas averbações, com emissão em prazo igual ou inferior a 90 dias.
 - se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens deverá ser

- apresentada cópia da “escritura de pacto antenupcial”.
- d) Cópia do comprovante de residência (conta de luz, água);
 - Deverá estar nominal ao cliente (conta de água ou luz) ou, caso seja oriundo de locação, apresentar comprovante (conta de água ou luz) em nome do proprietário do imóvel e comprovante em nome do cliente que poderá ser (TV por assinatura, celular ou fatura de cartão).
Serão aceitos comprovante em nome de pai / mãe / cônjuge desde que seja comprovando pela certidão de estado civil.
 - e) Cópia do comprovante de renda (holerite, declaração do imposto de renda com o comprovante de entrega e cópia da carteira profissional páginas qualificação civil, foto e último registro), ou:
 - se aposentado, apresentar recibo do INSS;
 - se a renda for proveniente de aluguel, apresentar cópia do contrato de locação e os 03 últimos recibos de pagamento do aluguel .
 - f) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade garantida;
 - g) Certidão das matrículas atualizadas dos imóveis constantes da declaração do imposto de renda;
 - h) Certidão negativa de tributos federais.
 - i) 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal e cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil, último registro e caso a carteira tenha alguma alteração nestas páginas enviar também a página que consta a alteração.
 - j) O fiador **NÃO** será admitido nas seguintes hipóteses:
 - Pessoa de natureza jurídica (empresas), de modo que serão aceitas APENAS pessoas físicas;
 - Indicação do cônjuge do titular da cota como fiador;
 - Profissionais que não possuam condições de comprovar renda;
 - Pessoas físicas menores de 18 anos e maiores que 65 anos;
 - Pessoas físicas que apresentem restrições bancárias junto a quaisquer órgãos de proteção ao crédito ou que ainda apresentem protestos vinculados a seu nome ou empresa de sua titularidade;
 - Renda líquida comprovada INFERIOR a 3 vezes o valor da parcela a ser adimplida nas modalidades de: veículo, imóvel e eletro.
 - Renda líquida comprovada INFERIOR a 5 vezes o valor da parcela a ser adimplida na modalidade de: serviços.

III – VEÍCULOS

Veículo 0km:

- a) Solicitação de autorização de faturamento constando opção do bem, indicando o fornecedor para fins de pagamento, devidamente preenchida e assinada pelo consorciado;
- b) Nota fiscal do veículo nominal ao consorciado com alienação fiduciária à Luiza Administradora de Consórcios Ltda., sendo a mesma de saída, legível e com data atualizada;
- c) Deverá corresponder ao valor do crédito e garantir o saldo devedor da cota.

Veículo usado:

- a) Cópia do recibo do veículo autenticada em seu nome e com alienação fiduciária a favor da administradora, quando tratar-se de veículo;(Este documento somente solicitamos no momento do pagamento de crédito)
- b) 4 (quatro) fotos recentes do veículo dos lados direito, esquerdo, frente e traseira;
- c) Cópia atualizada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em nome do proprietário anterior;
- d) Carta solicitando a inclusão de gravames;
- e) Deverá corresponder ao valor do crédito e garantir o saldo devedor da cota;
- f) Bens que não são alienáveis no SNG (Sistema Nacional de Gravames) deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do consorciado;
- g) Até o limite de 10 (dez) anos de sua fabricação para os veículos de passeio, utilitários e motocicletas e 20 (vinte) anos para caminhões e ônibus.

Bens Náuticos:

- a) Solicitação de autorização de faturamento constando opção do bem, indicando o fornecedor para fins de pagamento, devidamente preenchida e assinada pelo consorciado;
- b) Nota fiscal do veículo nominal ao consorciado com alienação fiduciária à Luiza Administradora de Consórcios Ltda., sendo a mesma de saída, legível e com data atualizada;
- c) Documento da capitania dos portos para embarcações com motor;
- d) Deverá corresponder ao valor do crédito e garantir o saldo devedor da cota;
- e) Bens que não são alienáveis no SNG (Sistema Nacional de Gravames) deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do consorciado.
- f) O bem apresentado deverá ser 0km.
- g) Informamos que o cadastro está sujeito a análise e poderá ser solicitado garantia real (veículo) ou garantia pessoal (fiador)

IV – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

- a) Nota Fiscal do bem nominal ao cliente e constando alienação fiduciária à Luiza Administradora de Consórcios Ltda.
- b) 05 fotos do bem (frente, traseira, lado direito, lado esquerdo e número de série e de fabricação, fotos coloridas e legíveis).
- c) Trator temos opção de até 05 anos de uso, porém sujeito a análise.
- d) Implemento e maquinário agrícola somente 0km.
- e) Informamos que o cadastro está sujeito a análise e poderá ser solicitado garantia real (veículo) ou garantia pessoal (fiador).

V – ELETROELETRÔNICO E OUTROS BENS

- a) Solicitação de autorização de faturamento e constando opção do bem, indicando o fornecedor para fins de pagamento, devidamente preenchida e assinada pelo consorciado;
- b) Nota fiscal do fornecedor com ressalva de alienação fiduciária.

VI – SERVIÇOS

- a) Solicitação de autorização de faturamento e constando opção do serviço,

indicando o fornecedor para fins de pagamento, devidamente preenchida e assinada pelo consorciado;

- b) Nota fiscal de serviços nominal ao consorciado ou recibo do profissional prestador de serviços, juntamente com cópia do certificado de registro expedido pela Prefeitura ou carnê de recolhimento de prestação de serviços (GPS);
- c) Apresentar veículo em garantia até o limite de ano determinado pela administradora, devendo seu valor ser igual ou superior ao saldo devedor da cota consorcial, devendo ser observados para o caso de veículo as condições citadas nas letras “a” a “f”, do item III, do ANEXO I.

DOCUMENTO PROTOCOLADO, REGISTRADO E
ISCANEADO EM MICROFILME SOB. N. 116013

ANEXO II

O presente anexo trata dos documentos cadastrais obrigatórios a serem apresentados pelo consorciado participante do segmento de **BEM IMÓVEL** quando da contemplação.

I - CONSORCIADO

1.1 - PESSOA FÍSICA

- a) Ficha Cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF, inclusive do cônjuge;
 - Certidão de estado civil atualizada com as respectivas averbações, com emissão em prazo igual ou inferior a 90 dias.
 - se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens deverá ser apresentada cópia da “escritura de pacto antenupcial e registro”.
- c) Cópia do comprovante de residência (conta de luz, água);
 - deverá estar nominal ao cliente (conta de água ou luz) ou, caso seja oriundo de locação, apresentar comprovante (conta de água ou luz) em nome do proprietário do imóvel e comprovante em nome do cliente que poderá ser (TV por assinatura, celular ou fatura de cartão).
Serão aceitos comprovante em nome de pai / mãe / cônjuge desde que seja comprovando pela certidão de estado civil.
- d) Cópia do comprovante de renda (holerite, declaração do imposto de renda com o comprovante de entrega e cópia da carteira profissional páginas qualificação civil, foto e último registro), ou:
 - se a renda for proveniente de aluguel, apresentar cópia do contrato de locação e os 03 últimos recibos de pagamento do aluguel.
- e) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade;
- f) Certidão negativa de tributos federais.
- g) Se trabalhador com registro em carteira:
 - 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal e cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil, último registro e caso a carteira tenha alguma alteração nestas páginas enviar também a página que consta a alteração.
- h) Se Profissional liberal/autônomo:
 - Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal, juntamente com documentos comprobatórios da atividade e guias pagas do Darf em caso de imposto a pagar;
 - Extrato de movimentação bancária referente aos três últimos meses. Lembrando que o extrato deverá ser retirado diretamente no caixa eletrônico sujeito a análise.

- i) Se Aposentado:
 - três últimos extratos de pagamento do benefício.
 - Deverá enviar termo de concessão do benefício constando início e término OU extrato emitido diretamente no INSS.
- j) Se Produtor Rural:
 - Nota fiscal de Produtor Rural de venda do produto dos últimos 12 meses;
 - OU Extrato da Cooperativa com o valor da venda dos últimos 12 meses dos produtos comercializados pelo garantido;
 - OU Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal juntamente com os documentos comprobatórios da atividade (exemplos - carnê do INSS, notas fiscais, alvará de funcionamento, etc.).
- k) Se Empresário:
 - Extrato do Simples Nacional atualizado, caso a empresa seja optante OU Declaração de ECF (Escrituração Contábil Fiscal) neste caso apresentar as páginas referentes ao resumo anual das contas a que se referem (ativo e passivo):
 - * Empresas optantes pelo Lucro real: páginas de recibo de entrega, bloco 0, bloco Y e L300
 - * Empresas optantes pelo Lucro presumido: páginas de recibo de entrega, Bloco 0, Bloco Y, P150, P200 e P300.
- l) Se Funcionário Público:
 - 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal;
 - E cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil e último registro se o regime de trabalho for CLT OU contrato de trabalho OU Portaria de Convocação juntamente com a declaração do local de trabalho.
- m) Caso o cliente não possua renda (desempregado e/ou estudante):
 - Apresentar um fiador, que deverá ser pai ou mãe se o cliente for solteiro, ou o cônjuge se o cliente for casado;
 - O fiador deverá apresentar a documentação da relação de documentos. Informamos mesmo com a apresentação do fiador não implica a obrigatoriedade da Administradora em aprovar o cadastro. Também poderá ser solicitado fiador.

Poderão ser solicitados outros documentos complementares referentes à renda, tais como: extrato de movimentação bancária nominal à empresa referente aos três últimos meses, emitido diretamente no caixa eletrônico, entre outros admitidos legalmente e que essa administradora entenda como necessários.

1.2 - PESSOA JURÍDICA

- a) Ficha cadastral devidamente preenchida;
- b) Contrato social se LTDA; Estatuto Social se S/A e respectivas alterações;
- c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;
- d) Cópia do comprovante de endereço (conta de luz, água ou telefone fixo);
 - se o imóvel for alugado, deverá ser apresentado o contrato de locação do

- mesmo.
- e) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade;
 - f) Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa, inclusive dos cônjuges, se casados;
 - g) Cópia da certidão de nascimento e/ou de estado civil dos sócios da empresa, atualizada com as respectivas averbações, com emissão em prazo igual ou inferior a 90 dias. ;
 - h) Cópia da Inscrição Estadual ou Municipal;
 - i) Certidão simplificada atualizada da Junta Comercial que comprove os poderes de representação com a indicação dos representantes legais (sócios e diretores);
 - j) Certidão negativa de débito (CND), fornecida pelo INSS onde se localiza a empresa;
 - k) Certidão negativa de tributos federais.
 - l) Certidão de Distribuidores Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Falências, , a ser obtida no FÓRUM;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
 - m) Certidão de distribuições cíveis e criminais (ações e execuções) da Justiça Federal em nome da empresa;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
 - n) Certidão de distribuições da Justiça do Trabalho referente a ações em andamento, em nome da empresa;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
 - o) Se em virtude de casamento, separação ou divórcio algum dos cônjuges tiver o seu nome alterado e esse não regularizou a sua documentação pessoal, deverão ser providenciadas as certidões em nome de casado e de solteiro;
 - p) Se o domicílio do consorciado for diverso ao do local do imóvel, as certidões acima deverão ser requeridas também na cidade onde o imóvel está localizado.
 - q) Extrato do Simples Nacional atualizado para empresas optantes pelo Simples; OU Declaração de ECF (Escrituração Contábil Fiscal) neste caso apresentar as páginas referentes ao resumo anual das contas a que se referem (ativo e passivo):
 - Empresas optantes pelo Lucro real: páginas de recibo de entrega, bloco 0, bloco Y e L300
 - Empresas optantes pelo Lucro presumido: páginas de recibo de entrega, Bloco 0,
 - Bloco Y, P150, P200 e P300.

Poderão ser solicitados outros documentos complementares referentes à renda, tais como: extrato de movimentação bancária nominal à empresa referente aos três últimos meses, emitido diretamente no caixa eletrônico, entre outros admitidos legalmente e que essa administradora entenda como necessários.

II – DO FIADOR

- a) Ficha Cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF, inclusive do cônjuge;
- c) Cópia da certidão de nascimento e/ou casamento;
 - se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens deverá ser apresentada cópia da “escritura de pacto antenupcial e registro”.
- d) Cópia do comprovante de residência (conta de luz, água);
 - Deverá estar nominal ao cliente (conta de água ou luz) ou, caso seja oriundo de locação, apresentar comprovante (conta de água ou luz) em nome do proprietário do imóvel e comprovante em nome do cliente que poderá ser (TV por assinatura, celular ou fatura de cartão).
 - Serão aceitos comprovante em nome de pai / mãe / cônjuge desde que seja comprovando pela certidão de estado civil.
- e) Serão aceitos comprovante em nome de pai / mãe / cônjuge desde que seja comprovando pela certidão de estado civil.
- f) Cópia do comprovante de renda (holerite, declaração do imposto de renda com o comprovante de entrega e cópia da carteira profissional páginas qualificação civil, foto e último registro) ou:
 - se aposentado, apresentar recibo do INSS;
 - se a renda for proveniente de aluguel, apresentar cópia do contrato de locação e os 03 últimos recibos de pagamento do aluguel.
- g) Comprovar renda superior a 5 (cinco) vezes o valor da mensalidade garantida;
- h) Certidão negativa de tributos federais.
- i) 03 últimos holerites ou declaração Imposto de Renda de Pessoa Física atual com recibo de protocolo entregue dentro do prazo na Receita Federal e cópia da carteira profissional nas páginas da foto, qualificação civil, último registro e caso a carteira tenha alguma alteração nestas páginas enviar também a página que consta a alteração.

III - VENDEDOR DO IMÓVEL

3.1 - PESSOA FÍSICA

- a) Ficha Cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF, inclusive do cônjuge;
- c) Cópia da certidão de nascimento e/ou casamento;
 - se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens deverá ser apresentada cópia da “escritura de pacto antenupcial e registro”.
- d) Certidão de distribuidores cíveis, criminais e de execuções fiscais, inclusive do cônjuge, a ser obtida no Fórum da cidade de domicílio do vendedor;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- e) Certidão de distribuições cíveis e criminais da Justiça Federal, inclusive do cônjuge;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- f) Certidão de distribuições da Justiça do Trabalho, referente às ações em andamento, inclusive do cônjuge;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão

- esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- g) Se o vendedor possuir o imóvel a menos de 1 (um) ano, contado do registro do título aquisitivo, deverão ser apresentadas as mesmas certidões acima em nome do proprietário “anterior”;
 - h) Se em virtude de casamento, separação ou divórcio algum dos cônjuges tiver o seu nome alterado e esse não regularizou a sua documentação pessoal, deverão ser providenciadas as certidões em nome de casado e de solteiro;
 - i) Se o domicílio do vendedor for diverso ao do local do imóvel, as certidões acima deverão ser requeridas também na cidade onde o imóvel está localizado;
 - j) Carta de ciência da venda.

3.2 - PESSOA JURÍDICA

- a) Ficha Cadastral devidamente preenchida;
- b) Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa, inclusive dos cônjuges, se casados;
- c) Cópia da certidão de nascimento e/ou casamento dos sócios da empresa;
- d) Cópia do CNPJ, Inscrição Estadual ou Municipal, e do Contrato Social;
- e) Certidão simplificada atualizada da Junta Comercial que comprove os poderes de representação com a indicação dos representantes legais (sócios e diretores);
- f) Certidão negativa de débito (CND), fornecida pelo INSS onde se localiza a empresa;
- g) Certidão Negativa de débitos relativo a tributos federais e da dívida ativa da União;
- h) Certidão de Distribuidores Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Falências, a ser obtida no Fórum;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- i) Certidão de distribuições cíveis e criminais (ações e execuções) da Justiça Federal em nome da empresa;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- j) Certidão de distribuições da Justiça do Trabalho, referente a ações em andamento, em nome da empresa;
 - se nesta certidão constar alguma distribuição, deverá ser obtida certidão esclarecedora a ser fornecida pelo respectivo cartório.
- k) Se o vendedor possuir o imóvel a menos de 1 (um) ano, contado do registro do título aquisitivo, apresentar as mesmas certidões em nome do proprietário anterior;
- l) Se em virtude de casamento, separação ou divórcio algum dos cônjuges tiver o seu nome alterado e esse não regularizou a sua documentação pessoal, deverão ser providenciadas as certidões em nome de casado e de solteiro;
- m) Se o domicílio do vendedor for diverso ao do local do imóvel, as certidões acima deverão ser requeridas também na cidade onde o imóvel está localizado;
- n) Carta de ciência da venda.

Nota: Na hipótese do imóvel ser do consorciado, se pessoa física, deverá apresentar os documentos constantes no **subitem 3.1**, alíneas “e” a “j”, e, se pessoa jurídica, deverá apresentar os documentos constantes no **subitem 3.2**, alíneas “l” a “q”.

IV – DOCUMENTOS DO IMÓVEL

4.1 - URBANO

- a) Certidão atualizada da matrícula do imóvel com negativa de ônus;
- b) Certidão negativa de tributos, fornecida pela Prefeitura Municipal do local do imóvel, com a expressa menção do imóvel na certidão;
- c) Certidão de valor venal fornecida pela Prefeitura Municipal do local do imóvel, com a expressa menção do imóvel na certidão;
- d) Fotografias atualizadas do imóvel de todas as partes externas e todas as internas;
- e) Se o imóvel for apartamento, obter certidão de quitação de despesas condominiais junto ao síndico do edifício, com reconhecimento de firma, bem como a cópia autenticada da ata da eleição em que o mesmo foi eleito;
- f) Laudo de avaliação atualizado, elaborado por avaliador indicado pela Administradora;
- g) Se houver construção no imóvel a mesma deverá estar devidamente averbada.

4.2 - RURAL

- a) Certidão atualizada da matrícula do imóvel com negativa de ônus;
- b) Certificado de cadastro do INCRA – CCIR do último exercício, devidamente quitado;
- c) Comprovante de entrega da declaração de ITR do último exercício, acompanhada da respectiva Declaração do ITR (DIASC/DIAT);
- d) Certidão negativa de débitos do IBAMA;
- e) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais – Certidão Original, constando o número de cadastro do imóvel no NIRF ;
- f) Fotografias atualizadas do imóvel;

4.3 – DA CONSTRUÇÃO

- a) Deverá estar o terreno devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis em nome do consorciado ou vendedor, livre de quaisquer ônus, obrigando-se à apresentação dos documentos previstos nos **subitens 1.1, 1.2, 3.1 e 3.2**;
- b) Cópia da planta do imóvel devidamente aprovada pela Prefeitura Municipal ou pelo órgão competente;
- c) Alvará de Construção;
- d) Memorial descritivo da obra e respectivo cronograma, constando o material a ser utilizado, o custo total da obra, bem como o prazo previsto para a sua conclusão, inclusive de cada etapa, para fim de liberação das parcelas;
- e) Fotos do terreno e das etapas construídas;
- f) Apresentação dos documentos mencionados no **subitem 4.1**, alíneas “a” a “c”.

4.4 – DA REFORMA

- a) Estar o imóvel devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis em nome do consorciado, livre de quaisquer ônus;
- b) Cópia da planta do imóvel referente à reforma devidamente aprovada pela

- Prefeitura Municipal ou pelo órgão competente;
- c) Alvará de Construção;
 - d) Memorial descritivo da obra e respectivo cronograma, constando o material a ser utilizado, o custo total da obra, bem como o prazo previsto para a sua conclusão, inclusive de cada etapa, para fim de liberação das parcelas;
 - e) Apresentar os documentos mencionados no subitem 4.1, alíneas “a” a “c”.

V – DA UTILIZAÇÃO DO FGTS

A utilização dos recursos do FGTS se sujeita às condições estabelecidas pela Caixa Econômica Federal.

- a) O consorciado que optar pela utilização dos recursos do FGTS para pagamento de lance ou complemento do crédito, somente poderá utilizar estes recursos, estritamente, para aquisição de imóvel residencial urbano para sua própria moradia;
- b) Ser detentor de no mínimo 3 (três) anos de trabalho, consecutivos ou não, sob o regime do FGTS;
- c) Não ser detentor de financiamento do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) em qualquer parte do território nacional;
- d) Não ser proprietário ou promitente comprador de outro imóvel residencial, concluído ou em construção, na mesma localidade onde pretende adquirir, no atual município de residência ou no município onde exerce sua ocupação principal, incluindo seus limítrofes e municípios integrantes da mesma região metropolitana.

VI – DAS CERTIDÕES E SEU PRAZO DE VALIDADE

- a) Todas as certidões mencionadas nos **subitens 1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4** deverão ser encaminhadas em seu original;
- b) Excetuada a certidão de propriedade com negativa de ônus e alienações, fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis, que tem sua validade por 30 (trinta) dias, as demais certidões, ou seja, as do Cartório Distribuidor Cível, Criminal, Falência e Execuções Fiscais, Justiça Federal e Cartório de Protestos, têm validade por 60 (sessenta) dias. Assim, se no dia da outorga da escritura esses prazos estiverem vencidos, todas as certidões deverão ser revalidadas.



Edna Maria Honorato
Diretora Executiva.

Central de atendimento - (11) 3185-7300
Segunda a sexta: 9h às 18h -Sábado: 9h às 13h (exceto feriados)
atendimento@consorciomagalu.com.br
Ouvidoria - 0800 3401214
Segunda a sexta: 9h às 18h -Sábado: 9h às 13h (exceto feriados)
ouvidoria@consorciomagalu.com.br